

Convite à apresentação de propostas n.º EMSA/NEG/30/2022

(Procedimento por negociação com um mínimo de cinco candidatos)

Equipamento de cozinha

Ex.mo Senhor/Ex.ma Senhora,

1. A Agência Europeia da Segurança Marítima (EMSA) tenciona adjudicar o contrato público acima referido. Os documentos do concurso consistem no presente convite, no caderno de encargos com os respetivos apêndices, e no projeto de contrato.
2. Os proponentes que pretendam apresentar uma proposta são convidados a enviar uma proposta à EMSA até às **16h00** (hora de Lisboa) de **23/11/2022**. A proposta deve ser devidamente assinada pelo representante autorizado, digitalizada e enviada por correio eletrónico para o seguinte endereço: **neg302022@emsa.europa.eu**. O tamanho do correio eletrónico **não pode exceder 12 Mb** por correio eletrónico. Note-se que pode ser solicitado um original em papel da proposta, incluindo toda a documentação que a acompanha, à empresa à qual o contrato é adjudicado.
3. As propostas devem ser:
 - A. Assinadas pelo proponente ou pelo seu representante devidamente autorizado; e
 - B. perfeitamente legíveis, de modo a não haver dúvidas quanto às palavras e números que contêm.
4. O período de validade da proposta, durante o qual os proponentes não podem alterar as condições das suas propostas em nenhum aspeto, termina em 31/05/2023.
5. A apresentação de uma proposta implica a plena aceitação de todos os termos e condições estabelecidos nos documentos do concurso e, se for caso disso, a renúncia do proponente aos seus próprios termos e condições gerais ou específicos. Estes requisitos vinculam o proponente ao qual o contrato é adjudicado durante o período de vigência do contrato.
6. Todos os custos incorridos durante a preparação e apresentação das propostas são suportados pelos proponentes e não serão reembolsados.
7. O caderno de encargos, com a lista de todos os documentos que devem ser apresentados para a apresentação de propostas, incluindo os comprovativos da capacidade jurídica, estatutária, económica, financeira, técnica e profissional, se for caso disso, e o projeto de contrato, estão disponíveis na secção relativa aos contratos públicos relevantes para o presente convite à apresentação de propostas na página web da EMSA, no seguinte endereço: www.emsa.europa.eu
8. O contacto entre a entidade adjudicante e os proponentes é proibido durante todo o procedimento, salvo em circunstâncias excecionais e apenas nas seguintes condições:
 - A. **Antes da data-limite para apresentação das propostas:**
 - (i) A pedido do proponente, a EMSA pode fornecer informações adicionais unicamente com o objetivo de clarificar os documentos do concurso.

Os pedidos de informações complementares devem ser apresentados por escrito e enviados para o seguinte endereço eletrónico: neg302022@emsa.europa.eu.

A EMSA não é obrigada a responder aos pedidos de informações complementares apresentados menos de seis dias úteis antes do termo do prazo para a apresentação das propostas.

- (ii) A EMSA pode, por sua própria iniciativa, informar as partes interessadas de qualquer erro, imprecisão, omissão ou qualquer outro erro material nos documentos do concurso.
- (iii) Quaisquer informações adicionais, incluindo as acima referidas, serão publicadas na página web da EMSA na secção relativa aos contratos públicos.

B. Após a abertura das propostas:

- (i) Se forem necessários esclarecimentos ou se for necessário corrigir erros manifestos na proposta, a EMSA pode contactar o proponente, desde que as condições da proposta não sejam alteradas em consequência.
 - (ii) No caso de um procedimento por negociação, a EMSA pode negociar com os proponentes as propostas por eles apresentadas, a fim de as adaptar aos requisitos estabelecidos no caderno de encargos ou de determinar qual a proposta economicamente mais vantajosa. Durante as negociações, será assegurada a igualdade de tratamento de todos os proponentes.
9. Está prevista uma visita ao local/reunião de informação para 16 de novembro de 2022, no seguinte endereço: Agência Europeia da Segurança Marítima, Praça Europa 4, 1249-206, Lisboa, Portugal. Para programar uma visita ao local, deve ser enviada uma mensagem de correio eletrónico para o seguinte endereço eletrónico: neg302022@emsa.europa.eu, até 14 de novembro de 2022.
10. As regras em matéria de contratos públicos aplicáveis aos convites à apresentação de propostas lançados pela EMSA constam do Regulamento Financeiro da EMSA na secção do Regulamento Financeiro da página web da EMSA: www.emsa.europa.eu.
11. O presente convite à apresentação de propostas não é de modo algum vinculativo para a EMSA. A obrigação contratual da EMSA só se inicia com a assinatura do contrato com o proponente selecionado.
12. Até ao momento da assinatura, a EMSA pode anular o procedimento de adjudicação, sem que os candidatos ou proponentes possam exigir qualquer indemnização. Essa decisão deve ser fundamentada e notificada aos candidatos ou proponentes.
13. Uma vez a proposta aberta pela EMSA, esta passa a ser propriedade da EMSA e é tratada confidencialmente.
14. Os proponentes serão informados do resultado deste procedimento de adjudicação por correio eletrónico. Cabe aos proponentes fornecer um endereço de correio eletrónico válido, juntamente com os seus dados de contacto na sua proposta, e consultar regularmente esse endereço eletrónico.
15. Se o tratamento de uma resposta ao convite à apresentação de propostas implicar o registo e o tratamento de dados pessoais (por exemplo, nome, endereço e CV), os dados serão tratados em

conformidade com o Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho¹. Salvo indicação em contrário, as respostas aos proponentes e quaisquer dados pessoais solicitados serão utilizados para avaliar a proposta em conformidade com as especificações do convite à apresentação de propostas e serão tratados exclusivamente para esse efeito pela Chefe da Unidade 4.2 - Assuntos Jurídicos, Finanças e Instalações, na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados.

16. Os pormenores relativos ao tratamento de dados pessoais constam da declaração de confidencialidade «Informações sobre a proteção de dados pessoais nos procedimentos de adjudicação de contratos», disponível em: <http://www.emsa.europa.eu/about/personal-data-protection.html>.
17. Os dados pessoais podem ser registados no Sistema de Detecção Precoce e de Exclusão (EDES) se se considerar que um proponente se encontra numa das situações referidas no artigo 136.º do Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho². Para mais informações, consultar a declaração de confidencialidade disponível em http://ec.europa.eu/budget/library/explained/management/protecting/privacy_statement_edes_en.pdf.
18. Para além dos operadores económicos estabelecidos nos Estados-Membros da União, só são elegíveis para participar no presente procedimento de contratação os operadores económicos dos seguintes países: Albânia, República da Macedónia do Norte, Islândia, Liechtenstein, Montenegro, Noruega, Sérvia e Bósnia-Herzegovina.
19. Os proponentes, incluindo cada membro do grupo em caso de proposta conjunta, devem assegurar que não estão sujeitos a medidas restritivas da UE adotadas ao abrigo do artigo 29.º do Tratado da União Europeia (TUE) ou do artigo 215.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE).³ A proibição aplica-se ao longo de toda a execução do contrato.

Dominika Łempicka-Fichter

Chefe dos Serviços Institucionais —
Departamento 4

¹ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão 1247/2002/CE.

² Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1269/2013, (UE) 1301/2013, (UE) 1303/2013, (UE) 1304/2013, (UE) 1309/2013, (UE) 1316/2013, (UE) 223/2014 e (UE) 283/2014 e a Decisão 541/2014/UE, e revoga o Regulamento n.º 966/2012.

³ Note-se que o Jornal Oficial da UE contém a lista oficial de entidades sujeitas a medidas restritivas e, em caso de conflito, prevalece sobre a lista do mapa de [sanções da UE](#).